

## ABRIL: OPORTUNIDADE PARA REFLEXÃO SOBRE A QUESTÃO INDÍGENA EM SÃO PAULO

Robson Rodrigues<sup>1</sup>  
Grasiela Lima<sup>2</sup>

“(…) Muitas vezes, pessoal, autoridade, às vezes eu encontro *‘mas existe a comunidade indígena no estado de São Paulo? Eu pensava que os índios só viviam na Amazônia, lá em Mato Grosso, lá em Roraima, norte do país’*. Então, acho que está na hora de divulgar mais que existem comunidades indígenas, algumas pessoas estão mal-informadas (…).”  
(Cacique Adolfo Timóteo, aldeia Guarani Rio Silveira, São Sebastião, SP)

O “Dia do Índio” surgiu em 1940, a partir de uma recomendação do 1º Congresso Indigenista Interamericano, reunido em Patzcuaro, México, proposta feita por delegados indígenas do Panamá, Chile, Estados Unidos e México. O objetivo geral da institucionalização desta data foi outorgar, aos governos americanos, normas necessárias à orientação de suas políticas indigenistas. O dia 19 foi escolhido porque foi a data em que os delegados indígenas, pela primeira vez, se reuniram em assembléia no evento.

O Brasil adotou a recomendação do referido Congresso em 1943, através do Decreto-Lei nº 5.540, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas. Desde então, o mês de Abril começou a se tornar uma referência para as solenidades, atividades educacionais e divulgação das culturas indígenas, além das discussões e manifestações relacionadas à promoção dos seus direitos e ao respeito à diversidade cultural.

É bom lembrar que as datas “comemorativas”, como o “Dia Internacional da Mulher” e o “Dia da Consciência Negra”, simbolizam um momento de maior reflexão da sociedade sobre os segmentos sociais discriminados, que vivem situações de violação de direitos e que demandam ações do governo e da sociedade civil no sentido de enfrentar e superar esta situação de desigualdades. Sendo assim, estas datas apresentam um caráter eminentemente político.

---

<sup>1</sup> Etnoarqueólogo, professor pesquisador do CEIMAM – Centro de Estudos Indígenas “Miguel A. Menendez” – FCL/UNESP-CAR e presidente da Fundação Araporã. [robson\\_arqueo@yahoo.com.br](mailto:robson_arqueo@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Socióloga, diretora acadêmica do curso de Direito – Faculdade de Araraquara/Uniesp, coordenadora do Núcleo de Extensão, professora das Faculdades Integradas de Jaú/SP e militante da Fundação Araporã. [grasiela\\_lima@yahoo.com.br](mailto:grasiela_lima@yahoo.com.br)

No caso específico dos povos indígenas do Brasil, e seu histórico processo de violências sofridas, incluindo escravização, exploração, dizimação, marginalização, perseguição e expulsão de suas terras, entre outros, é fundamental aproveitarmos também esta data simbólica do “Dia do Índio” para refletirmos sobre suas condições de vida na atualidade e suas principais reivindicações. Contudo, é preciso afastar os preconceitos e, muitas vezes, o grande desconhecimento que a sociedade brasileira, de um modo geral, apresenta em relação aos indígenas.

Segundo Rosani Fernandes, professora Kaingang e mestre em Direito, os estereótipos utilizados no Brasil em relação aos índios podem ser resumidos da seguinte forma: quando se apropria dos recursos tecnológicos, “deixou de ser índio”; quando preserva a cultura, “é atrasado”; quando se trata de garantia de territórios, “é muita terra para pouco índio”, ou seja, são visões que denotam ignorância em relação à história e real situação dos indígenas na atualidade, fazendo perdurar as concepções folclorizadas e imagens distorcidas, genéricas e descontextualizadas, o que contribui para o reforço ou aumento do preconceito, da discriminação e de outras formas de violência.

Neste contexto, cabe destacar a realidade dos indígenas do estado de São Paulo, por vezes invisível para boa parte dos próprios paulistas, na medida em que muitos acreditam que “nem existem mais índios em São Paulo”. Sendo assim, é válido afirmar que temos 31 aldeias espalhadas pelo litoral, interior e capital. Ao todo são 17 mil hectares de terras indígenas no estado e a maior fica na cidade litorânea de Mongaguá (Terra Aguapeú), com 4.372 hectares e homologada em 1998. Os povos aldeados são os Guarani Mbya, Guarani Ñandeva, Terena, Kaingang e Krenak. Porém, existem índios morando nas cidades como, por exemplo, os Pankararu, que vivem em São Paulo há muitos anos. Também habitam a região metropolitana de São Paulo os Fulni-ô, Atikum, Kariri-Xocó, Potiguara, Pataxó, Xavante, Xucuru, Xucuri-Kariri e Pankararé.

Segundo o IBGE (2010), vivem 63.789 índios em São Paulo, constituindo-se na terceira maior população indígena do país, sendo os Guarani o maior povo indígena do estado, que tem lutado arduamente pela manutenção da sua identidade étnica e a retomada de seus territórios, aldeias

e aldeamentos, como nos casos de terras nos municípios de Barão de Antonina e Itaporanga, na região sudoeste do estado, que lhes foram expropriadas pela expansão econômica entre os séculos XIX e XX.

Apesar de no passado terem vivido em um vasto território (boa parte do que hoje é a região sul, sudeste e centro-oeste do Brasil), atualmente, devido ao longo processo de colonização do país e à exploração capitalista das terras, ao sistema de aldeamentos, às diferentes formas de perseguição, inclusive de bugreiros, e à própria tutela realizada pelo governo brasileiro, através da criação, em 1910, do órgão SPI (Serviço de Proteção aos Índios) e, em 1967, da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), os Guarani encontram-se confinados, recolhidos em pequenas aldeias reconhecidas ou não pela administração federal.

A “*busca do e através do caminho*” de suas terras (*teko’a*), importante estrutura da vida objetiva e subjetiva do povo Guarani, tem sua realização prejudicada pela redução drástica dos territórios. A perda do acesso aos mesmos ou o seu empobrecimento devido à poluição, aos desmatamentos e às contaminações, são responsáveis pela tristeza, depressão, doença, pobreza e suicídio do povo Guarani. Esses fatos são difíceis de serem entendidos por não-índios.

Contudo, através de sua organização política, estes indígenas têm enfrentado o desafio de preservarem sua identidade e reconquistarem seus territórios, que por vezes lhes foram usurpados e regularizados pelos Governos Estaduais, em um franco desrespeito a imemorialidade desses povos no que se refere ao seu direito originário às terras indígenas, que lhes são necessárias para sua sobrevivência física e cultural, e às quais têm direito conforme artigo 231, da Constituição Federal de 1988, que por sua vez é enfática e clara:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo a União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Para fazer valer este artigo da CF/1988, os Guarani vem se deslocando por diferentes regiões do estado, no intuito de retomar parte de seu antigo território. Durante esses longos e sofridos séculos, e apesar das perdas, os Guarani continuam lutando por sua liberdade e dignidade exigidos por sua cultura: terras com matas, animais selvagens e frutas nativas, rios límpidos e cristalinos.

Assim, neste contexto de uma breve reflexão sobre os indígenas do estado de São Paulo, destacamos mais uma vez a visão de Rosani Fernandes, no sentido de que é preciso superar a maneira exótica como a questão indígena vem sendo tratada na mídia (com raras exceções), escondendo as lutas, batalhas diárias, dificuldades, histórias de perdas, violência física e simbólica que estes povos foram e são cotidianamente obrigados a enfrentar, pois os meios de comunicação, muitas vezes, colocam-se ao lado daqueles que têm interesse nas terras indígenas, contribuindo assim para a formação de opiniões contrárias aos direitos dos índios e reforçando as atitudes de intolerância, incompreensão e diferentes formas de violência.

São, portanto, questões urgentes que devem ser debatidas neste “Abril Indígena”, mas que, evidentemente, extrapolam as atividades relacionadas às celebrações da data – Dia do Índio – pois o compromisso com as causas indígenas devem pautar todos os dias do ano, e devem ser assumidas por todos aqueles que querem construir um mundo mais humano, fraterno, igualitário e justo.